



O PROPAG e o processo de financeirização da sociedade

III Congresso de Auditoras e Auditores de Controle Externo do TCE-RS
Porto Alegre, 15 de outubro de 2026

FINANCEIRIZAÇÃO

- Fenômeno dominante na economia mundial. Tem provocado valorização artificial do capital, sem a devida correspondência em geração de produto, trabalho e renda.

COMO OPERA?

- Relaxamento de regras de controle de capitais e desregulamentação financeira (impulsionadas pelo FMI e BM) viabilizam a criação de:
 - produtos financeiros derivados, abrindo brechas para fraudes;
 - instituições financeiras virtuais, funcionando exclusivamente por meio de plataformas online, como fintechs e bancos digitais;
 - arquiteturas financeiras complexas, a exemplo da Securitização de Créditos Públicos;
 - movimentação cambial especulativa, questionáveis contratos de swap cambial sigilosos e elevada remessa de lucros ao exterior.
- Relaxamento da fiscalização por parte dos Bancos Centrais que, por sua vez, também operam questionáveis mecanismos financeiros, especialmente no Brasil (Bolsa-Banqueiro e juros exorbitantes).
- Proliferação de esquemas fraudulentos.

Danos à economia real e produtiva, desindustrialização, perdas sociais, concentração de renda e atraso socioeconômico e ambiental

FINANCEIRIZAÇÃO GLOBAL

- Quem comanda? BIS
- Criado para ser o Banco de Compensações Internacionais, na prática atua como representante dos interesses do mercado financeiro privado, que tem dominado o mundo, submetendo governos e povos com as “regras de Basileia”
- Correia de transmissão (braços do BIS): FMI, BM, BID e bancos centrais
- Pontapé em 1971: fim da paridade dólar-ouro e dólar sem lastro, possibilitando impressão à vontade e sedução ao endividamento de países em desenvolvimento com promessa de juros baixos (Libor e Prime, taxas internacionais controladas pelos mesmos bancos privados internacionais)
- Década de 90: aceleração brutal da desregulamentação financeira, criação de produtos financeiros e crises
- Alguns exemplos no Brasil desde os anos 90:
 - Plano Brady: transformação de dívida externa (suspeita de prescrição) em títulos;
 - Explosão da dívida interna e juros exorbitantes;
 - Escândalo dos precatórios em diversos estados e municípios;
 - Bolsa-banqueiro (Op. Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados)
 - Securitização de Créditos Públicos.

Reforma Administrativa ou Desmonte?

Como o Banco Mundial e o BID interferem para o desmonte dos serviços sociais

Uma nova proposta de "Reforma Administrativa" está sendo apresentada à sociedade de forma extremamente atraente e sedutora, por meio de intensa propaganda de "modernização" do Estado brasileiro, eficiência na prestação de serviços públicos e economia de recursos. Todas as pessoas querem isso, mas será que essa proposta representa isso mesmo? **Você precisa conhecer, porque essa proposta interfere em sua vida!**

A medida foi formalizada na Câmara dos Deputados como **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025 e 2 projetos de lei** e pretende fazer uma profunda modificação na Constituição Federal do Brasil. Caso aprovada, essa proposta representará um prejuízo incalculável à população, pois irá DEMOLIR a estrutura do Estado que presta **serviços de saúde, educação, previdência, assistência e demais, os quais correm o risco de serem privatizados ou até desaparecer.**

E o que está por trás desse desmonte da estrutura do Estado? Entregar mais recursos ainda para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que já consome mais de 40% do orçamento federal anualmente, como mostra o gráfico abaixo, referente ao ano de 2025, por exemplo.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES



AUDITORIA CIDADA DA DÍVIDA
FONTE: Portal do Orçamento Federal - <https://www.sisorg.planejamento.gov.br/jornalismo/orcamento>
ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/12/2023. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
Gráfico por Funções, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (BND 2 e 4); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).
NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R\$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancado estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentro ou quas as "Emendas Piv", no valor de R\$ 4,9 bilhões, que representaram 0,14% do orçamento federal pago em 2023). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R\$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Roteiro das Emendas Parlamentares".

Essa dívida não tem servido para financiar investimentos no país, como já **comprovado pelo Tribunal de Contas da União**, funcionando como o que denominamos **Sistema da Dívida**.

A proposta de "Reforma Administrativa" privilegia o Sistema da Dívida também no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, na medida em que limita o crescimento das despesas com

BIS e seus braços mandam no Brasil

➤ **FMI:** interferência histórica em assuntos internos da economia brasileira, especialmente no Sistema da Dívida

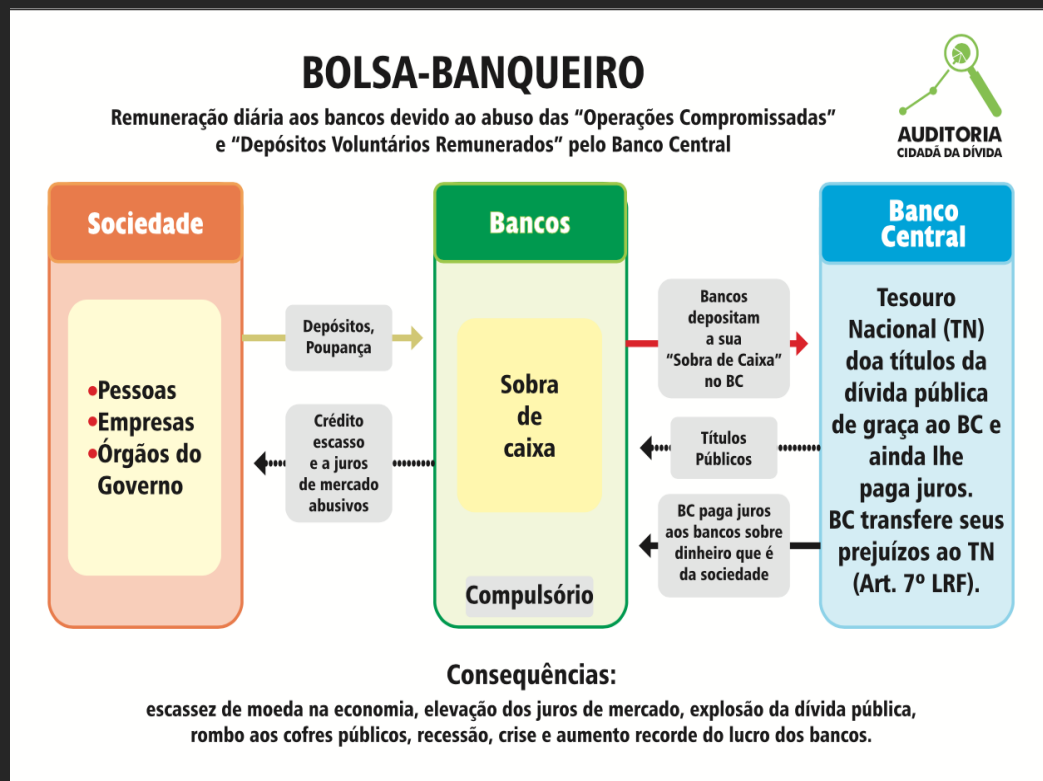
➤ **FMI e BIS** textualmente citados no relatório do senador Plínio Valério à PEC 65/2023: *"em linha com os Códigos de Transparência do FMI e com as diretrizes de governança do Banco de Compensações Internacionais (BIS)"*

➤ **Banco Mundial e BID:** Estrutura da chamada Reforma Administrativa é ditada pelo conteúdo de documentos do BM e BID, conforme resumido no folheto da ACD:

<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2026/01/Reforma-Administrativa-ou-Desmonte-2.pdf>

Relação entre a FINANCEIRIZAÇÃO e o SISTEMA DA DÍVIDA

- O Sistema da Dívida é um dos principais alimentos do mercado financeiro que o BIS representa <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-que-e-o-sistema-da-divida/>
- Mecanismos financeiros operados pelo Banco Central são os principais alimentos do Sistema da Dívida no Brasil: Bolsa-Banqueiro e Juros exorbitantes



**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

R\$ 65,0 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8,8	-0,07	9,8	0,07
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-65,0	-0,50	-59,3	-0,45
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-22,4	-0,17	-22,0	-0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

Esquema de Securitização de Créditos Públicos encarna a Financeirização e vira MODELO DE NEGÓCIOS

A chamada “securitização de créditos públicos” tem se tornado um modelo de negócios, mediante o qual o mercado se apodera de recursos públicos antes mesmo que tais recursos alcancem os cofres públicos. Os recursos públicos são desviados durante o seu percurso pela rede bancária, tal como acontece em um empréstimo consignado, e não são sequer contabilizados no orçamento público.

<https://auditoriacidada.org.br/plp-459-17/entenda-tudo-aqui/>

- TRIBUTOS (CPSEC S/A, PBH ATIVOS S/A)
- ROYALTIES (RioPrevidência <https://bit.ly/3u0H08u>)
- RECEITAS COMERCIAIS (Nióbio em MG <https://bit.ly/3tbVh35>)



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

RIO GRANDE DO SUL AINDA DEVE À UNIÃO?

Estoque inicial refinanciado (1998*) = R\$ 10,339 bilhões

(R\$ 2,556 bilhões do PROES + R\$ 7,782 bilhões de outras dívidas)

Pagamentos (1998 a 2025) = R\$ 29,16 BILHÕES

Estoque da dívida em 2025 = R\$ 105,743 BILHÕES

- ❑ A “DÍVIDA” JÁ FOI PAGA QUASE 3 VEZES MAS SEU ESTOQUE SE MULTIPLICOU POR 10 VEZES !
- ❑ RISCO DE “SECURITIZAR” ESSE ESTOQUE (LC 178/2021)

VER: BREVE HISTÓRICO DÍVIDA DOS ESTADOS <https://bit.ly/3KJLbwq>

(*) Estoque Refinanciado conforme Tabela fornecida pelo Tesouro Nacional à CPI da Dívida Pública (disponível em <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Livro-Auditoria-Cidada-da-Divida-dos-Estados.pdf> - pág 90)

Fontes dos Pagamentos e Estoque: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242 ,
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046 ,
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047

Resumo da situação financeira do Estado do RS

SUBTRAÇÃO HISTÓRICA DE RECEITAS DOS ESTADOS

✓ DÍVIDA REFINANCIADA PELA UNIÃO

Estoque inicial refinanciado (1998*) = **R\$ 10,34 Bilhões**

Pagamentos (1998 a 2025) = **R\$ 29,16 BILHÕES**

Estoque da dívida em 2025 = **R\$ 105,74 BILHÕES**

Fontes: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242,
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046,
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047

✓ LEI KANDIR

Perda de R\$ 50,2 BILHÕES (1996 a 2016)

<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/32342/1/Desonera%20a%20a%20b5es%20de%20ICMS%20e%20Le%20Kandir%20e%20o%20pacto%20federativo.pdf>, pág 239

✓ INCENTIVOS FISCAIS INJUSTIFICADOS

✓ CONCENTRAÇÃO ESFERA FEDERAL

(*) Tabela fornecida pelo Tesouro Nacional à CPI da Dívida Pública

AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS

➤ IMPACTOS DA “CRISE FABRICADA” e seu aprofundamento

- Privilégio para gastos com a dívida
- Cortes de investimentos e gastos sociais, contrarreformas e mais privatizações

➤ SECURITIZAÇÃO de CRÉDITOS

- Perda de controle da arrecadação
- Geração ilegal de dívida pública

➤ RISCO de SECURITIZAÇÃO de DÍVIDA

- Eterniza a destinação de recursos para a chamada “dívida” por fora dos controles orçamentários

➤ LEI KANDIR:

- Acordo rebaixado (STF): parcelamento em 18 anos de apenas cerca de 10% das perdas!
- Fim do ressarcimento de perdas (EC 109)

EM VALORES ATUALIZADOS PARA 2026 (IPCA)

Estoque inicial refinanciado (1998) = R\$ 53,360 Bilhões

Pagamentos (1998 a 2025) = R\$ 68,989 BILHÕES

Estoque da dívida em 2025 = R\$ 110,252 BILHÕES

Fontes Pagamentos e Estoque:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242 ,
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046 ,
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047

**O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL JÁ PAGOU MAIS QUE
TODA A DÍVIDA (ATUALIZADA PELO IPKA) MAS O ESTOQUE
DOBROU EM TERMOS REAIS**

REGIME DE “RECUPERAÇÃO” FISCAL

aprofunda o problema da Dívida dos Estados

□ Teria como objetivo “*corrigir os desvios que afetaram o equilíbrio das contas públicas*”, porém,

□ **O RRF não enfrentou nenhum dos problemas que têm provocado o desequilíbrio financeiro dos entes:**

- Insuficiência de recursos, devido à concentração das receitas tributárias na esfera federal;
- FPE e FPM reduzidos, apesar da transferência de atribuições;
- Ressarcimento insuficiente dos créditos devidos aos entes federados de acordo com a Lei Kandir (até a EC 109);
- Incentivos e renúncias fiscais injustificados;
- Subtração de recursos pela União devido às abusivas condições do refinanciamento da dívida desde os anos 90;

RRF impõe uma série de medidas nocivas

- Privatizações ou extinção de empresas públicas;
- Reforma da Previdência nos moldes da federal (natureza privada e contribuição definida);
- Revisão do Regime Jurídico Único (RJU),
- Teto para gastos primários e vedações diversas relacionadas à realização de concursos e reajustes salariais;
- **Vedações estabelecidas no RRF sobressai a vedação à propositura de ação judicial para discutir a dívida refinanciada pela União;**
- **RISCO DE SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA**, o que tende a eternizar a essa dívida dos estados que já foi paga inúmeras vezes!
- **Afronta a autonomia política dos estados** (Conselho de Supervisão Fiscal)

PROPAG – “Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados”

- ❑ Consolidação da questionável dívida do Estado com a União, sem auditoria
- ❑ Proposta do Rio Grande do Sul para a União: Amortização imediata de 20% do estoque da dívida, para obter uma redução nos juros.
- ❑ *"Para aderir a esta linha do Propag, Leite ofereceu que a amortização dos 20% do saldo devedor seja feita por meio de créditos de receitas futuras. Isto é, o estado deixar de receber parte dos valores que teria direito ao longo dos próximos 30 anos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR)."*
- ❑ *"Nosso esforço é conseguir chegar aos 20% com receitas futuras que dá em torno de R\$ 20 bilhões. Estamos falando de R\$ 16 bilhões do FPE e outros R\$ 6 a 7 bilhões do FNDR. É uma parte da receita que o estado teria a receber ao longo dos próximos 30 anos, em torno de 16%", afirmou Leite, em entrevista coletiva após a reunião com Durigan.*

Estados em risco

- Fim do ressarcimento da Lei Kandir (EC 109 revoga art. 91 do ADCT)
- Securitização de Créditos Públicos (recursos arrecadados sequer alcançarão os cofres públicos, pois são desviados durante o percurso pela rede bancária <https://bit.ly/3avKVkI>)
- Securitização de “Dívidas” – Lei complementar 178 e Regime de “recuperação” fiscal (ver artigo <https://bit.ly/2QtekVX> e *Lives* de 16/4 <https://youtu.be/v24nYLyqqy4> e 19/4 <https://youtu.be/F-0H4F1MPno>)
- Reforma Tributária do Consumo desvia arrecadação do IBS (que englobará o ICMS e o ISS) para uma nova instituição independente criada pela EC 132 (Comitê Gestor), com graves riscos aos entes federados. (ver folheto da ACD <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Quem-vai-pagar-a-conta-final.pdf>)
- Desmonte provocado pela PEC 38/2025 – “Ref. Administrativa”

Sistema da Dívida é o pano de fundo do desmonte

Tudo que a União recebe dos Estados em pagamento de suas respectivas “dívidas” é destinado exclusivamente ao pagamento da Dívida Federal

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

- TCU já divulgou que a dívida federal não tem contrapartida

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

- Conheça e divulgue a nova Cartilha <https://bit.ly/42HOWM3>

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br



Tudo que a União recebe dos Estados em pagamento de suas respectivas "dívidas" é destinado exclusivamente ao pagamento da Dívida Federal

TCU já divulgou que a dívida federal não tem contrapartida

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?



Participe do novo
curso da ACD a distância

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

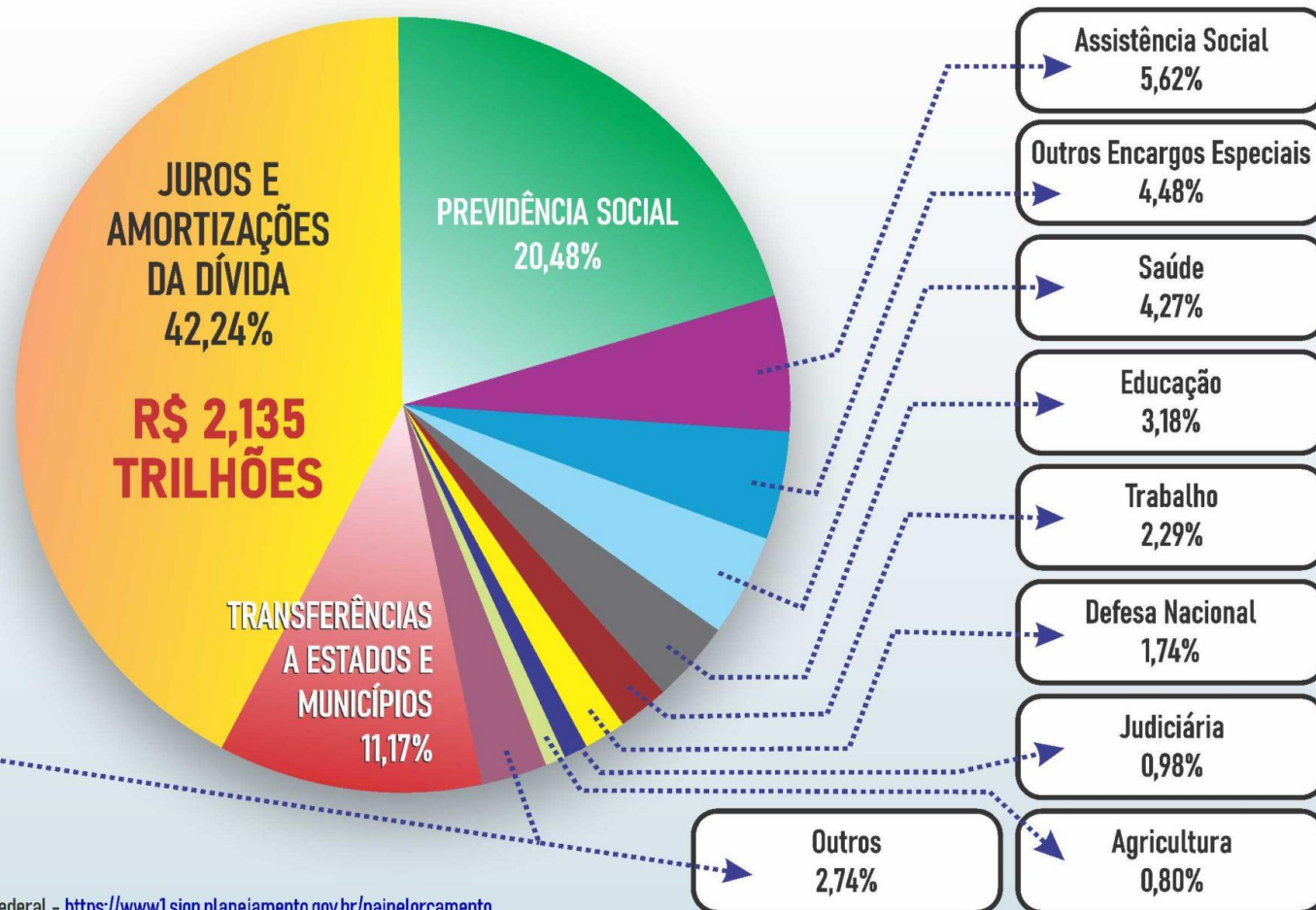


Conheça e divulgue a Cartilha

<https://bit.ly/42HOWM3>

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES

OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443



FONTE: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento>

ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/1/2026. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).

NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R\$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentre as quais as "Emendas Pix", no valor de R\$ 6,9 bilhões, que representaram 0,14% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R\$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Raio X das Emendas Parlamentares".

PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA está por trás dos planos econômicos de candidatos

TESOURAÇO

X

**Arcabouço
Fiscal**

o povo terá que escolher



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/arcabouco-fiscal-x-tesouraco-o-povo-tera-que-escolher/>

- Se o cumprimento do Arcabouço Fiscal pelo governo Lula já engessou o aumento significativo dos investimentos sociais, imaginem o estrago que o TESOURAÇO prometido por Flávio Bolsonaro e o desastroso ajuste fiscal de 1,5% do PIB (R\$ 190 bilhões anuais) anunciado por Daniella Marques, cotada para ser sua ministra da Fazenda, irá representar para o povo brasileiro.
- Embora ambas propostas (arcabouço e TESOURAÇO) visem privilegiar o Sistema da Dívida, o TESOURAÇO irá paralisar completamente a oferta de serviços públicos e impulsionará as privatizações, o que também já foi prometido por Flávio Bolsonaro e Daniella Marques.

CONCLUSÃO e PROPOSTAS

- ❑ A dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União está paga.
- ❑ É urgente auditar essa dívida, com participação social, e dar baixa nessa obrigação, além de receber de volta os valores pagos a mais.
- ❑ A União possui cerca de R\$ 5 trilhões em caixa, sendo R\$ 1,8 trilhão na Conta Única do Tesouro (em ago/2026) e pode anular as dívidas dos estados sem qualquer sacrifício para investimentos federais.
- ❑ A Auditoria Cidadã da Dívida tem demonstrado que a chamada dívida do Estado do RS com a União está paga, e que nunca foi dada a devida transparência aos passivos do Banrisul que foram simplesmente transformados em dívida pública do Estado do RS. Afinal, que passivos eram esses?
- ❑ É urgente realizar lutar também pela auditoria da dívida pública federal, com participação da sociedade, tendo em vista que o Sistema da Dívida tem pautado o modelo econômico produtor de escassez que atua no Brasil. É urgente inverter essa lógica!

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



/Spotify.



Google Podcasts



/AUDITORIACIDADA

É HORADEVIRAR O JOGO